



CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.

CNPJ: 77.955.532/0001-07
NIRE: 41.300.073.368

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, a Administração da Construtora Triunfo S.A. (Companhia) tem a satisfação de apresentar as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Toda a documentação relativa às demonstrações financeiras apresentadas está à disposição dos Senhores acionistas. Registramos, finalmente, nossos agradecimentos aos membros da Controladora pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, assim como a todos os demais que direta ou indiretamente contribuem para o cumprimento da missão da Construtora Triunfo S.A.

Curitiba, 29 de março de 2017
A Diretora

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)				PASSIVO	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
Nota	2016	2015	2016	2015 (reapresentado)	Nota	2016	2015	2016	2015 (reapresentado)	
CIRCULANTE					CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.860	11.005	27.957	11.768	Emprestimos e financiamentos	12	46.436	38.790	132.518
Contas a receber de clientes	5	382.880	400.438	461.854	497.167	Debitivos	13	102.876	95.957	102.876
Impostos e contribuições a recuperar		1.901	2.364	2.751	4.662	Salários e encargos trabalhistas	14	14.038	13.274	14.038
Adiantamento de fornecedores		17.565	12.713	20.562	18.437	Obrigações tributárias		43.219	21.299	66.176
Partes relacionadas	7	109.153	109.153	109.153	109.153	Parcelamento Ordinário	15	8.380	4.905	8.397
Outros valores a receber		6.085	6.733	10.111	15.975	Programa de recuperação fiscal-REFIS	16	8.356	2.647	8.637
						Partes relacionadas	7	-	-	440
Total do Circulante		523.444	542.406	632.388	657.162	Adiantamento de Clientes	17	3.000	1.132	104.456
						Outras obrigações		2.182	876	2.816
Não Circulante						Total do Circulante		253.224	196.901	484.298
Contas a receber de clientes	5	282.259	302.607	282.259	302.607	Não Circulante				
Contrato de Construção	6	51.241	52.335	64.395	52.335	Fornecedores	12	60	-	60
Partes relacionadas	7	120.429	33.184	139.227	67.218	Emprestimos e financiamentos	13	107.268	132.701	107.268
Depósitos judiciais		22.922	20.342	23.645	20.947	Debitivos	14	16.730	29.672	16.730
Bens imóveis destinados a venda	9	33.537	33.537	33.537	33.537	Parcelamento FGTS	15	14.527	5.329	14.527
Investimentos destinados a venda		-	184	-	184	Parcelamento Ordinário	14	22.645	14.763	29.812
Outros créditos a receber		7.035	10.609	15.466	19.338	Programa de recuperação fiscal-REFIS	16	26.346	32.715	26.357
Investimentos	10	123.919	149.662	44.218	60.348	Partes relacionadas	7	3	3.885	3
Imobilizado (líquido)	11	401.251	428.025	470.110	499.479	Resultado de consórcios ativos	8	155.077	109.368	55.220
Intangível		9.563	9.563	9.563	9.668	Resultado de consórcios paralisados	8	5.176	5.176	5.176
						Adiantamento de Clientes	17	122.675	233.534	122.675
Total do Não Circulante		1.052.156	1.040.048	1.082.420	1.065.661	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	45.067	47.524	45.067
						Provisões para contingências	19	16.705	15.795	16.757
						Contrato de Construção	6	-	56.323	-
						Outras obrigações		4.544	4.547	5.305
						Total do Não Circulante		536.823	691.332	444.957
Total do Ativo		1.575.600	1.582.454	1.714.808	1.722.823	Patrimônio Líquido				
						Capital social	20	74.035	74.035	74.035
						Reserva Legal		14.807	14.807	14.807
						Reserva de Lucros a realizar		566.874	431.483	566.874
						Ajuste de avaliação patrimonial		129.837	173.896	129.837
						Total do Patrimônio Líquido		785.553	694.221	785.553
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.575.600	1.582.454	1.714.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)	Capital Social				Reserva Legal		Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	Nota	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2014		74.035	18.354	369.106	151.055									612.550
Realização de IR e CS diferidos		-	-	-	-				3.763					3.763
Outros resultados abrangentes - Variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	30.144									30.144
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(11.066)						11.066			
Resultado do exercício		-	-	-								47.764		47.764
Reversão da reserva legal		-	(3.547)			3.547							(58.830)	
Destinação lucro a realizar		-	-			58.830								
Saldo em 31 de dezembro de 2015		74.035	14.807	431.483	173.896									694.221
Realização de IR e CS diferidos		-	-	-	6.125									6.125
Outros resultados abrangentes - Variação cambial de investimento no exterior		-	-	-	(32.170)									(32.170)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-							18.014			
Resultado do exercício		-	-	-								117.377		117.377
Destinação lucro a realizar		-	-			135.391							(135.391)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		74.035	14.807	566.874	129.837									785.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)	Controladora				Consolidado				
	Nota	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	545.178	769.665	545.178	769.665				
Custos dos serviços prestados									
Custos dos serviços prestados	25	(245.071)	(477.361)	(246.127)	(477.361)				
Depreciação		(22.258)	(21.296)	(22.280)	(21.296)				
Depreciação da reserva de reavaliação		(5.623)	(5.962)	(5.623)	(5.962)				
Depreciação de consórcios	29	(1.039)	(1.402)	(1.039)	(1.402)				
Custos de consórcios	29	(94.044)	(179.220)	(94.479)	(179.220)				
LUCRO BRUTO		177.143	84.424	175.630	84.424				
Despesas operacionais									
Despesas administrativas	26	(30.308)	(40.924)	(30.381)	(41.022)				
Honorários dos administradores		(1.648)	(1.476)	(1.648)	(1.476)				
Depreciação e amortização		(1.517)	(1.606)	(2.638)	(1.606)				
Depreciação de consórcios	29	(288)	(313)	(288)	(313)				
Despesas de consórcios	29	(6.847)	(7.555)	(6.847)	(7.555)				
Outras receitas (despesas) operacionais	27	31.255	64.690	25.072	64.692				
Outras receitas (despesas) operacionais consórcios	29	809	3.066	809	3.064				
Resultado de Equivalência Patrimonial		6.296	(952)	15.244	(851)				
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		174.895	99.354	174.953	99.357				
Resultado financeiro	28	(47.976)	(40.126)	(47.884)	(40.129)				
Resultado financeiro de consórcios	29	(4.117)	(8.376)	(4.117)	(8.376)				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		122.802	50.852	122.952	50.852				
Participações de empregados - PPR/PLR-CCT	23	(1.022)	(1.295)	(1.022)	(1.295)				
Imposto de renda e contribuição social		(4.403)	(1.793)	(4.553)	(1.793)				
Imposto de renda e Contribuição social - corrente		(736)	(1.793)	(886)	(1.793)				
Imposto de renda e Contribuição social - diferidos		(3.667)	-	(3.667)	-				
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		117.377	47.764	117.377	47.764				
Lucro Líquido por ação - RS	22	1,585	0,645	1,585	0,645				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)									
		Controladora		Consolidado					
		2016	2015	2016	2015				
Lucro líquido do exercício		117.377	47.764	117.377	47.764				
Outros resultados abrangentes									
Variação Cambial de Investimentos no exterior		(32.170)	30.144	(32.170)	30.144				
Total do resultado abrangente		85.207	77.908	85.207	77.908				
Atribuídos a sócios da empresa controladora		85.207	77.908	85.207	77.908				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	117.377	47.764	117.377	47.764		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.667	-	3.667	-		
Depreciação e amortização	29.398	28.864	30.725	30.725		
Variação de ativo imobilizado e intangível	2.305	4.942	4.145	4.943		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	27.312	28.273	27.312	28.273		
Provisão para contingências, liquidas de baixas e reversões	910	1.724	910	1.776		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.296)	952	(5.244)	851		
Contratos de construção	(55.229)	66.266	(80.311)	74.571		
Variações nos ativos e passivos (Aumento) diminuição dos ativos						
Contas a receber de clientes	37.906	(73.242)	55.661	(131.978)		
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	(52.254)	-	(44.970)	(8.709)		
Impostos a recuperar	463	3.145	1.911	3.595		
Adiantamento de fornecedor	(4.852)	11.028	(2.126)	33.260		
Despesas antecipadas e outros valores a receber	1.642	(6.038)	7.038	(6.275)		
Aumento (diminuição) dos passivos						
Fornecedores	7.706	(19.821)	26.815	4.912		
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	62.461	(18.661)	7.847	(1.020)		
Obrigações sociais e trabalhistas	21.920	2.656	25.617	1.980		
Impostos, taxas e contribuições	27.347	25.317	30.550	21.934		
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(736)	(1.793)	(736)</			

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368

CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

milhões, com data base de setembro de 2013. Atualmente, para este contrato na modalidade a preços unitários contemplando aditivos e reajustes, o planejamento executivo conclui que o contrato chegará a um valor total de R\$ 242,9 milhões, tendo sua conclusão prevista para 2017. Esta obra tem como objeto a execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem e obras de arte correntes, obras de arte especiais, conservação rodoviária, sinalização, iluminação pública e serviços complementares para ampliação de capacidade de tráfego da rodovia PR 415 (Rodovia João Leopoldo Jacomet). Esta é uma importante obra para a melhoria do acesso aos municípios de Pinhais e Piraquara no Estado do Paraná e tem uma extensão de 14,07 km.

2. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações financeiras "Consolidadas" do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente publicadas no dia 31 de março de 2016, estão sendo reapresentadas a fim de refletir os efeitos da adoção da NBC TG 19 - Negócios em Conjunto nas demonstrações consolidadas do investimento TCE - Triunfo Comércio e Engenharia Ltda conforme CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. No entendimento da administração, a apresentação desta forma permite uma melhor leitura de suas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais efeitos e reclassificações estão assim demonstrados:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - ENCERRADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2015

	31/12/2015	Efeitos da mudança de critério contábil	31/12/2015
	Consolidado reapresentado		Consolidado publicado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	11.768	(10)	11.778
Contas a receber de clientes	497.167	7.912	489.255
Impostos e contribuições a recuperar	4.662	(5)	4.667
Adiantamento de fornecedores	18.437	(33)	18.470
Partes relacionadas	109.153	-	109.153
Outros valores a receber	15.975	(23)	15.998
TOTAL DO CIRCULANTE	657.162	7.841	649.321
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	302.607	-	302.607
Contratos de construção	52.335	-	52.335
Partes relacionadas	67.218	(966)	66.252
Depósitos judiciais	20.947	2	20.945
Bens imóveis destinados a venda	33.537	-	33.537
Investimentos destinados a venda	184	-	184
Outros créditos a receber	19.338	(4)	19.342
Investimentos	60.348	780	59.568
Imobilizado (líquido)	499.479	(225)	499.704
Intangível	9.668	-	9.668
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.065.661	(413)	1.066.074
TOTAL DO ATIVO	1.722.823	7.428	1.715.395

	31/12/2015	Efeitos da mudança de critério contábil	31/12/2015
	Consolidado reapresentado		Consolidado publicado
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	105.763	79	105.842
Empréstimos e financiamentos	95.957	-	95.957
Debêntures	13.274	-	13.274
Salários e encargos trabalhistas	40.559	29	40.530
Obrigações tributárias	32.471	(6)	32.477
Parcelamento Ordinário	6.894	-	6.894
Programa de recuperação fiscal-REFIS	4.121	1.033	3.088
Partes relacionadas	441	(47)	488
Adiantamento de Clientes	83.938	-	83.938
Outras obrigações	1.424	(5)	1.429
TOTAL DO CIRCULANTE	384.842	1.083	383.759
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	132.701	-	132.701
Debêntures	29.672	-	29.672
Parcelamento FGTS	5.329	-	5.329
Parcelamento Ordinário	19.929	-	19.929
Programa de recuperação fiscal-REFIS	33.116	(11)	33.127
Adiantamento de Clientes	233.534	-	233.534
Partes relacionadas	78	-	78
Resultado de consórcios ativos	47.898	6.358	41.540
Resultado de consórcios paralisados	5.176	-	5.176
Provisões para contingências	15.847	(2)	15.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.524	-	47.524
Contrato de Construção	68.251	-	68.251
Outras obrigações	4.705	-	4.705
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	643.760	6.345	637.415
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	74.035	-	74.035
Reserva Legal	14.807	-	14.807
Reserva de Lucros a realizar	431.483	-	431.483
Ajuste de avaliação patrimonial	173.896	-	173.896
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	694.221		694.221
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.722.823	7.428	1.715.395

3. Políticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Não há em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2017.

b. Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.
 - IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.
- Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para propriedades e investimentos destinados a venda que estão a valor justo.

d. Base de consolidação

Em função da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 19 - Negócios em Conjunto, equivalentes ao IFRS 10 e 11, respectivamente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações de suas Controladas, bem como os negócios em conjunto que a companhia possui.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as joint ventures estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre as quais a Companhia detém o controle.

Os exercícios sociais das entidades incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.1. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação e conversão das demonstrações contábeis
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e que corresponde a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local, são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido.

3.2. Reconhecimento de receita

Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluído descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços e de locação somente são reconhecidas quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

A receita de serviços prestados de construção é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Contrato de Construção

As receitas de contrato de construção são reconhecidas pela companhia tomando como base o estágio de execução das obras e contemplando a mensuração dos custos incorridos com os trabalhos executados em cada contrato, conforme CPC 17 - Reconhecimento da receita.

Participação em consórcios

As atividades de consórcio não possuem, conforme prevê a legislação brasileira, capital ou responsabilidade jurídica própria, nem prejudica ou beneficia as partes no que diz respeito às suas próprias personalidades jurídicas, devendo ser considerado tão somente com um acordo através dos quais as partes cooperam, mutuamente, para prestação de serviços.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e sobre o ajuste de avaliação patrimonial. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substitivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Impostos sobre vendas de serviços
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre os serviços prestados. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2 a 5,00%
CPRB - Contribuição Previdenciária, somente exercício 2015	4,5%

Os serviços prestados são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

3.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequentes

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: (1) A valor justo por meio do resultado, (2) Empréstimos e recebíveis, (3) investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, (4) Derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia e controladas determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia e das suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, aplicações, e outros recebíveis. A Companhia e controlada classificam seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequentes

A mensuração subsequentes de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e as suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia, de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequentes

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Não há Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 valores que requeiram ajuste a seu valor presente.

3.6. Propriedades para investimento

A companhia adota como sua política contábil com relação a mensuração subsequentes de propriedade para investimento, do método de custo para método do valor justo, com as alterações do valor justo reconhecidas no resultado. O grupo acredita que a mensuração subsequentes usando o método do valor justo apresenta informações mais relevantes sobre a performance dos ativos, assiste os usuários a entender os riscos associados a estes ativos e é consistente com a prática da Companhia para esses ativos.

3.7. Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

3.8. Participação em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as Controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

As participações societárias nas Controladas serão demonstradas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conectoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo IASB.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Bens e Investimentos destinados a venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de serem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é alocada para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata exato que, nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368**CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Caixas e fundos fixos	258	383	840	849
Bancos conta movimento	59	1.210	304	1.315
Aplicações financeiras	5.543	9.412	26.813	9.604
Total Disponibilidade	<u>5.860</u>	<u>11.005</u>	<u>27.957</u>	<u>11.768</u>

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI (compromissadas), resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor. As aplicações financeiras estão apresentadas como segue:

Instituição Financeira	Modalidade	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Banco Safra S.A.	Fundo Market DI	0,5% a.m. CDI	18	16	18	16
Banco Brasil	BB FIX	0,28% CDB	87	1.258	21.201	1.306
Caixa Econômica Federal	CDI	100% CDI	5.438	8.138	5.438	8.138
Banco Bradesco	CDB	100% a.m. CDB	-	-	156	144
			<u>5.543</u>	<u>9.412</u>	<u>26.813</u>	<u>9.604</u>

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Faturas a receber e notas de débito c/consórcios	141.326	155.779	154.479	191.934
Serviços executados à faturar	40.444	66.971	106.265	127.545
Direitos creditórios	483.243	479.902	483.243	479.902
Outras contas a receber	126	393	126	393
Total contas a receber de clientes	<u>665.139</u>	<u>703.045</u>	<u>744.113</u>	<u>799.774</u>
Parcela do circulante	382.880	400.438	461.854	497.167
Parcela do não circulante	<u>282.259</u>	<u>302.607</u>	<u>282.259</u>	<u>302.607</u>

5.1 Direitos Creditórios (controladora e consolidado)

A Companhia tem direitos creditórios decorrentes de ações judiciais junto à órgãos públicos, referentes aos serviços efetivamente executados, conforme cláusulas dos contratos celebrados com esses órgãos, onde existem ações movidas pela Companhia para garantir o direito de recebimento desses serviços, com as devidas atualizações previstas contratualmente pela falta de pagamento dos serviços por alguns órgãos públicos.

Processos	Juros de mora		Juros Compensatórios		Danos Emergentes		Total
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Processos referentes a obras já executadas (i)	190.195	14.862	298.091	503.148			
Processos referentes consórcios (ii)	11.551	-	13.470	25.021			
Processos referentes a tributos (iii)	3.962	-	6.056	10.018			
	<u>205.708</u>	<u>14.862</u>	<u>317.617</u>	<u>538.187</u>			

(i) Os direitos creditórios referentes às obras já executadas versam sobre recomposição patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e diferenças contratuais

(ii) Os direitos creditórios referente a tributos, junto à União Federal são relacionados à repetição de indébito

(iii) A Companhia participa em consórcios os quais também pleiteiam reequilíbrio contratual, portanto, está reconhecendo no seu ativo sua participação nestes processos

Os assessores jurídicos consideram como expectativa de êxito provável o montante de R\$538.187 (R\$519.329 em 31.12.2015) de processos ativos. Deste montante foi reconhecido contabilmente, na Companhia o total de R\$483.243 (R\$479.902 em 31.12.2015), líquido dos juros compensatórios, no ativo circulante a parcela de R\$201.605 (R\$177.916 em 31.12.2015) e no ativo não circulante a parcela de R\$281.638 (R\$301.986 em 31.12.2015). Com base no mesmo parecer jurídico, o montante de R\$483.243 (R\$500.118 em 31.12.2015), é considerada líquida de efeitos tributários, visto que as ações são caracterizadas como danos emergentes correspondentes a recomposição do patrimônio perdido em decorrência de prejuízos causados pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte de órgãos governamentais, e dessa forma não sofre incidência tributária enquanto não recebido. O

Descrição	CMT	Viracopos	CNSS	SC486 Brusque	TRS	TEP	Compassa		BR040	Construcap /Triunfo	Cowan /Triunfo	Linha Ouro	SBS	Total	Eliminações	31.12.2016	
							/Londrina	/Beltrão								31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
ATIVO																	
Ativo circulante	7.530	189.204	52.436	5.118	166.160	18.777	12.365	10.992	115.156	6.918	3.670	483	19	588.828	(479.385)	<u>109.443</u>	129.574
Não circulante	750	11.270	13.818	-	3	56	-	-	105	-	17	-	2	26.021	-	<u>26.021</u>	15.124
TOTAL DO ATIVO	<u>8.280</u>	<u>200.474</u>	<u>66.254</u>	<u>5.118</u>	<u>166.163</u>	<u>18.833</u>	<u>12.365</u>	<u>10.992</u>	<u>115.261</u>	<u>6.918</u>	<u>3.687</u>	<u>483</u>	<u>21</u>	<u>614.849</u>	<u>(479.385)</u>	<u>135.464</u>	144.698
PASSIVO																	
Passivo circulante	2.013	224.183	57.133	32.553	4.035	254	104	-	255	113	5.301	739	435	327.118	(43.837)	<u>283.281</u>	226.993
Não circulante	2.665	449	6.319	183	66.331	-	12.261	10.992	94	5	(850)	374	(414)	98.409	(91.149)	<u>7.260</u>	27.073
TOTAL DO PASSIVO	<u>4.678</u>	<u>224.632</u>	<u>63.452</u>	<u>32.736</u>	<u>70.366</u>	<u>254</u>	<u>12.365</u>	<u>10.992</u>	<u>349</u>	<u>118</u>	<u>4.451</u>	<u>1.113</u>	<u>21</u>	<u>425.527</u>	<u>(134.986)</u>	<u>290.541</u>	254.066
ATIVO (-) PASSIVO	<u>3.602</u>	<u>(24.158)</u>	<u>2.802</u>	<u>(27.618)</u>	<u>95.797</u>	<u>18.579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>114.912</u>	<u>6.800</u>	<u>(764)</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>189.322</u>	<u>(344.399)</u>	<u>(155.077)</u>	(109.368)
Consórcios Ativos - Consolidado																	
Descrição	CMT	Viracopos	CNSS	SC486 Brusque	TRS	TEP	Compassa /Londrina	Compassa /Beltrão	BR040	Construcap /Triunfo	Cowan /Triunfo	Linha Ouro	SBS	Total	Eliminações	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
ATIVO																	
Ativo circulante	7.530	189.204	52.436	5.118	237.371	18.777	12.365	10.992	115.156	6.918	3.670	483	19	660.039	(632.875)	<u>27.164</u>	85.806
Não circulante	750	11.270	13.818	-	4	56	-	-	105	-	17	-	2	26.022	(26.022)	-	(10.480)
TOTAL DO ATIVO	<u>8.280</u>	<u>200.474</u>	<u>66.254</u>	<u>5.118</u>	<u>237.375</u>	<u>18.833</u>	<u>12.365</u>	<u>10.992</u>	<u>115.261</u>	<u>6.918</u>	<u>3.687</u>	<u>483</u>	<u>21</u>	<u>686.061</u>	<u>(658.897)</u>	<u>27.164</u>	75.326
PASSIVO																	
Passivo circulante	2.013	224.183	57.133	32.553	5.764	254	104	-	255	113	5.301	739	435	328.847	(273.574)	<u>55.273</u>	40.969
Não circulante	2.665	449	6.319	183	94.759	-	12.261	10.992	94	5	(850)	374	(414)	126.837	(99.726)	<u>27.111</u>	82.255
TOTAL DO PASSIVO	<u>4.678</u>	<u>224.632</u>	<u>63.452</u>	<u>32.736</u>	<u>100.523</u>	<u>254</u>	<u>12.365</u>	<u>10.992</u>	<u>349</u>	<u>118</u>	<u>4.451</u>	<u>1.113</u>	<u>21</u>	<u>455.684</u>	<u>(373.300)</u>	<u>82.384</u>	123.224
ATIVO (-) PASSIVO	<u>3.602</u>	<u>(24.158)</u>	<u>2.802</u>	<u>(27.618)</u>	<u>136.852</u>	<u>18.579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>114.912</u>	<u>6.800</u>	<u>(764)</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>230.377</u>	<u>(285.597)</u>	<u>(55.220)</u>	(47.898)

9. Bens imóveis destinados à venda (controladora e consolidado)

Continúa destinado a venda o imóvel fazenda situada na região leste do Estado do Amazonas, no município de Silves, junto aos lagos Curuá, Saracá e Camaçari, adjacentes à margem esquerda do rio Amazonas. A propriedade limita-se ao norte e a leste com terras devolutas do estado e ao sul e oeste com terras da Agrodustrial Iacocatiara S/A, possui Área total de 24.000 hectares, sendo distribuído em Área cedida ao extinto Instituto Fundiário do Amazonas (IFAM) - (2.400ha), Ocupação por terceiros - (2.000ha), Áreas sem florestas (campos naturais, áreas alagadas, etc.) - (2.086ha), Áreas de Preservação Permanente (APP) - (2.053ha), Áreas destinadas à infraestrutura (403ha) e Remanescente florestal (15.057ha). O ativo foi avaliado por empresa especializada e seu valor registrado, líquido dos custos de comercialização e impostos, está baseado em pré acordo junto a interessados no processo.

10. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas apresentam a seguinte composição:

	Controladora					31.12.2015
	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital	Equivalência patrimonial	Variação Cambial	
Triunfo Construction LLP	58.003	56.451 (148)	99,99%	(148)	16.293	131
TCE-Triunfo Com e Eng	20.920	23.712 (9.025)	97,51%	6.497 (52)	- 26.382	50.093
Outros investimentos	-	-	-	-	951	1.004
				6.297	16.293	27.464
					<u>123.919</u>	<u>149.662</u>

A variação cambial referente ao investimento controlado no exterior foi reconhecida inicialmente em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido, e devem ser transferidas do patrimônio líquido para a demonstração do resultado quando da baixa do inves-

reconhecimento desse ganho líquido contingente foi efetuado da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Direitos creditórios líquidos	483.243	500.118
(-) Processo transferido ao Consórcio TRS	-	(18.708)
(-) Processo transferido à investida TCE	-	(1.508)
Saldo em 31 de dezembro	<u>483.243</u>	<u>479.902</u>

6. Contratos de Construção

Baseando-se no que dispõe o CPC 17 – Reconhecimento da receita, a Companhia apurou suas receitas, utilizando o método do percentual da margem de lucro global orçada para dois contratos de longo prazo a saber:

Em 2013 a Companhia firmou o contrato de fornecimento de bens e serviços - "EPC" (Engineering Procurement and Construction), incluindo fornecimento de materiais com a CES – Companhia Energética Sinop S.A para implantação da Usina Hidrelétrica SINOP no valor total de R\$1,-2bilhões, com prazo de duração até maio de 2018. Em 2014, a Companhia firmou contrato para execução das obras de recuperação e manutenção, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das Rodovias BR-060, BR-153 e BR-262/DF/GO/MG com a CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A no valor de R\$3,6bilhões, com prazo de execução até 2019. As obras da Nova Subida da Serra executadas pela Sinórcio Nova Subida da Serra – CNSS, onde a Companhia possui 62,5% de participação, iniciaram em janeiro de 2014 e fazem parte do trecho da BR-040 sob administração da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S/A – CONCIER, com prazo de execução até 2017. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia possuía como saldo remanescente de receita reconhecida os montantes conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Direitos de faturar (underbilling)				
Ativo não circulante	51.241	52.335	64.395	52.335
	<u>51.241</u>	<u>52.335</u>	<u>64.395</u>	<u>52.335</u>
Obrigações de construir (overbilling)				
Passivo não circulante	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
	-	56.323	-	68.251
	<u>-</u>	<u>56.323</u>	<u>-</u>	<u>68.251</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$56.323 como saldo remanescente de compromisso à executar junto à CONCEBRA e R\$68.251 considerando as obras da Nova Subida da Serra pela sua participação de 62,5% no empreendimento junto à CONCIER. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$51.241 (R\$52.335 em 2015) com o empreendimento Usina Hidrelétrica SINOP e R\$64.395 considerando as obras da Nova Subida da Serra pela sua participação de 62,5% no empreendimento junto à CONCIER.

7. Partes relacionadas**7.1 Créditos com partes relacionadas:**

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Dividendos a receber	94	94	94	94
Contas a receber	211.417	140.426	230.215	174.460
Contas a receber	1.781	1.781	1.781	1.781
Contas a receber	16.254	-	16.254	-
Contas a receber	36	36	36	36
	<u>229.582</u>	<u>142.337</u>	<u>248.380</u>	<u>176.371</u>
Parcela circulante	109.153	109.153	109.153	109.153
Parcela não circulante	120.429	33.184	139.227	67.218

Com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver as atividades dos objetos sociais de Companhia e sua controladora "THC", as partes ajustaram diversos pactos denominados "mútuos"; considerando ainda que, tais operações caracterizam a gestão de recursos financeiros em condomínio e relação contratual de conta-corrente. As partes formalizaram em 28 de dezembro de 2013 um instrumento de cessão de créditos, acordos e programações de liquidações para realizar o acerto e liquidação dos valores que circularam entre as partes, fazendo-se a quitação recíproca, e definindo-se a pactuação deste conta-corrente. O referido instrumento de cessão de créditos e acordos unificou os saldos que a Companhia possui com sua controladora "THC" no montante de R\$170.809. Em janeiro de 2015 a holding "THC" saldou o montante de R\$102.000, referente à este Instrumento de Cessão de Créditos. O saldo à receber com a controladora "THC" em 31 de dezembro de 2016 é de R\$211.417 (R\$140.424 em 31.12.2015).

7.2 Débitos com partes relacionadas:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Conta Corrente	-	3.881		

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.

CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368

CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

Os ativos imobilizados são sujeitos a análise de *impairment* anualmente, conforme determina o CPC 01 Valor Recuperável dos Ativos. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2016 e no plano de negócios de longo prazo das Companhias. As principais premissas chaves utilizadas abrangem: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados no histórico e, (iii) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao custo médio ponderado de capital.

Os empréstimos na modalidade de capital de giro ocorreram na medida em que a Companhia necessitou de fluxos de caixa e caracterizam-se como conta garantida. Os empréstimos e financiamentos possuem como garantias avulsas de sócios e diretores, sendo que os contratos de modalidade Financeira possuem também alienação fiduciária. O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

		Consolidado			31.12.2015 (reapresentado)
		31.12.2016		Imobilizado	
Taxa anual Depreciação		Imobilizado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	13.744	-	13.744	13.744
Edificações	4%	4.137	(1.448)	2.689	2.857
Embarcações	5 a 20%	64.664	(6.071)	58.593	59.141
Veículos	5 a 23%	113.121	(32.004)	81.117	82.750
Tratores/máquinas e instalações inds	4 a 25%	407.478	(119.415)	288.063	304.461
Ferramentas e equipamentos	3 a 49%	40.164	(23.793)	16.371	22.842
Móveis, utensílios e Instalações Coml	10%	7.492	(4.228)	3.264	4.372
Equipamentos de informática	20%	8.144	(6.113)	2.031	2.971
Arrendamento mercantil	3,33 a 5%	6.163	(2.915)	3.248	5.785
Consórcio de veículos	-	679	-	679	63
Total do custo		665.786	(195.987)	469.799	498.986
Beneficentários em bens de terceiros	10%	3.262	(2.951)	311	440
Obras em andamento e adiantamentos	-	-	-	-	53
		669.048	(198.938)	470.110	499.479

A seguir apresentamos o ativo imobilizado da companhia por movimentação dos bens:

Controladora					
Contas	Terrenos	Arrendamento Mercantil	Tratores/Máquinas/ Veículos/Inst. Industriais	Outras Imobilizações	Total
Imobilizado líquido em 31.12.2015	5.356	5.785	385.603	31.281	428.025
Custo em 31.12.2015	5.356	6.316	507.078	64.356	583.106
Aquisições	-	-	4.143	786	4.929
Transferências e ajustes	-	(2.644)	2.644	-	-
Baixas	-	-	(4.658)	(646)	(5.304)
Custo em 31.12.2016	5.356	3.672	509.207	64.496	582.731
Depreciação Acumulada em 31.12.2015	-	(530)	(121.476)	(33.075)	(155.081)
Depreciação	-	(208)	(21.744)	(7.446)	(29.398)
Transferências e ajustes	-	313	(313)	-	-
Baixas	-	-	2.590	409	2.999
Depreciação Acumulada em 31.12.2016	-	(425)	(140.943)	(40.112)	(181.480)
Imobilizado líquido em 31.12.2016	5.356	3.247	368.264	24.384	401.251

Consolidado					
Contas	Terrenos	Arrendamento Mercantil	Tratores/Máquinas/ Veículos/Inst. Industriais	Outras Imobilizações	Total
Imobilizado líquido em 31.12.2015 - reapresentado	13.744	5.785	387.210	92.740	499.479
Custo em 31.12.2015	13.744	8.807	518.932	129.586	671.069
Aquisições	-	-	4.143	789	4.932
Transferências e ajustes	-	(2.644)	2.644	-	-
Baixas	-	-	(5.121)	(1.832)	(6.953)
Custo em 31.12.2016	13.744	6.163	520.598	128.543	669.048
Depreciação Acumulada em 31.12.2015	-	(3.021)	(131.661)	(37.242)	(171.924)
Depreciação	-	(208)	(22.315)	(8.257)	(30.780)
Transferências e ajustes	-	313	(313)	-	-
Baixas	-	-	2.871	895	3.766
Depreciação Acumulada em 31.12.2016	-	(2.916)	(151.418)	(44.604)	(198.938)
Imobilizado líquido em 31.12.2016	13.744	3.247	369.180	83.939	470.110

Demonstrado ao custo histórico de aquisição e construção, são depreciados com base no método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Custo atribuído

A Companhia considerou como custo atribuído de seu ativo imobilizado o valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios das Controladoras.

Estudo sobre a vida útil econômica dos bens patrimoniais

Em atendimento a Lei nº 11.638/2007, a Companhia formou uma comissão de especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e consequente definição das novas taxas de depreciação a serem aplicadas no âmbito da Companhia. As taxas são reavaliadas anualmente.

12. Fornecedores

O montante compreende as obrigações junto a fornecedores em geral da Companhia, incluindo as aquisições e os fornecimentos de materiais necessários ao andamento das obras, bem como as aquisições de prestações de serviços.

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Fornecedores		46.496	38.790	132.578	105.763
		46.496	38.790	132.578	105.763
Parcela circulante		46.436	38.790	132.518	105.763
Parcela não circulante		60	-	60	-

13. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Instituição financeira	Modalidade	Encargos			
Banco do Brasil	Capital de giro	7,0% a.a + CDI	25.942	26.635	
Banco do Brasil	Finame	6,0% a.a	5.702	6.075	
Banco John Deere	CDC	4,5% a.a	1.236	1.354	
Banco Volkswagen	Finame	6,0% a.a	14.056	18.114	
Banco Itau	Vendor	0,83% a 1,5% a.m.	9.825	8.549	
Banco Safra	Vendor	21,7% a.a	4.020	3.666	
Banco Caterpillar	Finame/CDC	1,67% a.a a 16,25% a.a	120.131	125.393	
Banco Safra	Leasing/Finame	2,5% a 6,0% a.a + CDI(leasing)	12.159	15.636	
Banco Itau	Finame	2,5% a 3,0% a.a.	2.805	3.336	
Banco BIC	Leasing	0,14% a 0,74% a.m + CDI	-	142	
Banco Lage	Leasing	14,52% a.a	1.542	1.711	
Banco Santander	Finame	3% a.a.	2.379	3.965	
Banco Caixa Econômica	Finame	3% a.a.	8.097	10.633	
Banco Volvo	Finame	3,5% a.a	2.250	3.449	
			210.144	228.658	
Parcela circulante			102.876	95.957	
Parcela não circulante			107.268	132.701	

PERÍODO

PERÍODO	RS mil
2017	113.019
2018	67.792
2019	25.172
2020	1.474
2021	750
2022	750
2023	750
2024	437
TOTAL	210.144

14. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 10 de abril de 2013 foram emitidas 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, tendo valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$60.000.000 (sessenta milhões de reais). A escritura da primeira emissão de debêntures foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 01 de março de 2013 e a destinação dos recursos captados foi para aquisição de equipamento de dragagem ("draga"), necessário para o cumprimento do contrato de dragagem entre a Construtora Triunfo S.A e a Superintendência do Porto de Itajaí. Os juros remuneratórios são atualizados pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, com pagamentos semestrais em abril e outubro, iniciando em outubro de 2013. A amortização do valor nominal será anual, conforme demonstrado abaixo:

Datas de Amortização		Percentual do Valor Nominal Unitário		Valor
10/04/2017	22%			13.200
10/04/2018	28%			16.800

Em 10 de abril de 2015 a Companhia pagou a segunda parcela de amortização correspondendo a R\$13.389, sendo R\$9.600 de principal e R\$3.786 de juros remuneratórios e em 10 de outubro de 2015, efetuou o pagamento de juros acumulados relativos ao período de abril a outubro de 2015 no montante de R\$3.522 conforme cláusula 4.3 e 4.4 da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures. Em 08 de abril de 2016 a Companhia pagou a terceira parcela de amortização correspondendo a R\$15.505, sendo R\$12.000 de principal e R\$3.505 de juros remuneratórios e em 10 de outubro de 2016, efetuou o pagamento de juros acumulados relativos ao período de abril a outubro de 2016 no montante de R\$2.588 conforme cláusula 4.3 e 4.4 da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, todas as obrigações e covenants previstas no "Instrumento Particular de Debêntures Simples" da Companhia estão sendo cumpridas. O saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, líquido dos gastos para colocação, está assim representado:

		31.12.2016	31.12.2015
Debêntures			
1ª Emissão		30.000	42.000
Juros Remuneratórios		1.096	1.533
		31.096	43.533
(-) gastos de colocação		(328)	(587)
Saldo líquido		30.768	42.946
Parcela circulante		14.038	13.274
Parcela não circulante		16.730	29.672

15. Parcelamentos Ordinários

		Controladora				31.12.2016	31.12.2015
Órgãos	Mês de adesão	Quantidade de parcelas	Valor Parcelado	Atualização	Pagamentos		
FNDE	-	-	253	58	(249)	62	-
Receita Federal	fev/15	60	17.958	3.676	(7.045)	14.589	17.106
INSS	jun/16	60	14.406	1.003	(1.186)	14.223	-
SENAI/SC	mar/15	60	1.407	294	(529)	1.172	1.344
ISS - Prefeitura Ribeirão Pires e Navegantes	dez/15	60	1.252	18	(291)	979	1.218
(=) Saldo da dívida			35.276	5.049	(9.300)	31.025	19.668
Parcela circulante						8.380	4.905
Parcela não circulante						22.645	14.763

		Consolidado				31.12.2016	31.12.2015
Órgãos	Mês de adesão	Quantidade de parcelas	Valor Parcelado	Atualização	Pagamentos		
FNDE	-	-	253	58	(249)	62	-
Receita Federal	fev/15	60	17.958	3.676	(7.045)	14.589	17.106
CPRB	fev/15	60	6.575	1.690	(1.139)	7.126	7.155
Receita Federal	Jun/16	60	27	2	(8)	21	-
PGFN	abr/16	30	43	3	(10)	36	-
INSS	Jun/16	60	14.406	1.003	(1.186)	14.223	-
SENAI/SC	mar/15	60	1.407	294	(529)	1.172	1.344
ISS - Prefeitura Ribeirão Pires e Navegantes	dez/15	60	1.252	19	(291)	980	1.218
(=) Saldo da dívida			41.921	6.745	(10.457)	38.209	26.823
Parcela circulante						8.397	6.894
Parcela não circulante						29.812	19.929

16. Programa de recuperação fiscal - REFIS

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
(=) Valor parcelado		73.066	73.066	74.562	75.576
(-) Benefício redução de multas e juros		(15.950)	(15.950)	(16.375)	(15.950)
(-) Benefício utilização prejuízo fiscal e base negativa de CSLL		(6.264)	(6.264)	(6.264)	(6.264)
(-) Revisão de débitos refis INSS art.3º 11.941		(14.963)	(13.375)	(14.963)	(13.731)
(+) Débitos oriundos de parcelamento ordinário PGFN/INSS		6.877	6.877	6.877	6.877
(=) Saldo da dívida após a redução dos encargos		42.766	44.354	43.837	46.508
(+) Atualização monetária pela taxa Selic		24.834	21.154	24.937	21.315
(-) Pagamentos efetuados até o exercício		(32.898)	(30.146)	(33.780)	(30.586)
		34.702	35.362	34.994	37.237
Parcela circulante		8.356	2.647	8.637	4.121
Parcela não circulante		26.346	32.715	26.357	33.116

Em maio de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento especial REFIS III - Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, no âmbito da RFB / PGFN / INSS incluindo débitos oriundos de outros parcelamentos (Refis I, Parcelamento Excepcional - PAEX e Parcelamentos Ordinários no âmbito PGFN / INSS) e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. Para esta modalidade de parcelamento a Companhia utilizou seus Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social, para quitação de multas e Juros, conforme preconizado na Lei, no montante de R\$22.211. Em agosto de 2014 a Companhia aderiu ao REFIS da Crise - Lei 12.996 de 18 de junho de 2014, no âmbito da RFB / PGFN / INSS incluindo débitos oriundos de outros parcelamentos anteriores (REFIS III e também os parcelamentos ordinários que estavam parcelados de acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15 de 15 de dezembro de 2009 e ainda débitos que não haviam sido parcelados anteriormente, no âmbito PGFN, INSS e RFB. Não foram incluídos débitos de parcelamentos enquadrados no REFIS III nas modalidades "débitos remanescentes REFIS I", no âmbito da RFB e INSS, visto que a Companhia havia requerido revisão dos mesmos e, embora fora concedido abatimentos no valor das parcelas, conforme laudos expedidos, a revisão ainda não foi consolidada até o término do exercício corrente, devendo ocorrer em 2016. Nesta adesão da Lei 12.996 os tributos serão pagos em 180 parcelas, divididos em débitos oriundos do REFIS III (MP 303/2006) e débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013.

17. Adiantamento de clientes

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Companhia Energética SINOP S.A. - CES		4.065	133.850	4.065	133.850
Concebra		118.610	99.684	118.610	99.684
Portonave		-	1.132	-	1.132
Concer		-	-	101.456	16.889
Transbrasiliana		1.500	-	1.500	-
Aeroportos Brasil		-	-	-	65.917
Outros Adiantamentos		1.500	-	1.500	-
		125.675	234.666	227.131	317.472
Passivo circulante		3.000	1.132	104.456	83.938
Passivo não circulante		122.675	233.534	122.675	233.534

18. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. Reconciliação da alíquota do imposto de renda e da contribuição social para 31 de dezembro:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		121.780	49.557	121.930	49.557
IR/CS pela alíquota nominal combinada de 34%		(41.405)	(29.581)	(41.456)	(29.581)
Adições(exclusões) não dedutíveis, líquidas		(119.544)	(44.212)	(119.544)	(44.212)
Total base de cálculo		2.236	5.345	2.386	5.345
Imposto de renda e contribuição social no resultado		736	1.793	8	

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368**CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia mantém no longo prazo o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados nos termos do ICPC 10, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação e saldo sobre contratos diferidos com órgãos públicos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda – 25% e contribuição social – 9%) vigente e tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado		31.12.2015	
	31.12.2016	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição da base de cálculo:				
. Contratos diferidos com órgãos públicos	11.338	11.338	552	552
. Mais valia de ativos	172.024	172.024	190.038	190.038
	183.362	183.362	190.590	190.590
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
	45.840	16.503	47.647	17.153
(-) Impostos considerados na mais valia dos imóveis destinados a venda (Nota 10)	(12.703)	(4.573)	(12.703)	(4.573)
Total de impostos diferidos passivos	33.137	11.930	34.944	12.580

19. Provisões para contingências
A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo anterior 2015	Adições	Saldo anterior 2015	Adições
Provisões trabalhistas	5.307	1.982	5.359	1.982
Provisões cíveis	10.401	2.643	10.401	2.643
Provisões fiscais	87	-	87	-
	15.795	4.625	15.847	4.625

Em 31 de dezembro de 2016, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$10.181 (R\$14.536 em 31.12.2015).

20. Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$74.035, representado por 7.403.510 ações, sendo 3.701.555 ações ordinárias e 3.701.555 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial
A Companhia efetuou as revisões de vida útil dos ativos imobilizados e decidiu atribuir novo custo às propriedades e intangíveis na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$290.579, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2016, o ajuste de avaliação patrimonial é de R\$129.837 (R\$173.896 em 31.12.2015) líquido dos efeitos tributários. Ainda, compõe o saldo contábil a variação cambial oriunda do investimento no exterior no total de R\$16.293 (R\$48.070 em 31.12.2015).

c. Dividendos
Ao acionista é assegurado o percentual de 1% (um por cento) conforme Estatuto Social Consolidado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Porém em virtude do seu fluxo de caixa, os acionistas da Companhia já se manifestaram em não receber dividendos neste exercício.

d. Reservas legal
Constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reserva legal é de R\$14.807 (R\$14.807 em 31.12.2015).

e. Reservas de lucro a realizar
O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal, terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2016 a reserva de lucro a realizar é de R\$566.874 (R\$431.483 em 31.12.2015).

21. Seguros (não auditados)
Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e de responsabilidade civil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Lucro por ação (controladora e consolidado)
O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2016 e 2015, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	117.377	47.764
Denominador (em ações)	74.035	74.035
Média ponderada de número de ações ordinárias	74.035	74.035
Resultado básico por ação (em R\$)	1,5854	0,6452
Resultado diluído por ação (em R\$)	1,5854	0,6452

23. Participação nos resultados (controladora e consolidado)
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi provisionada participação nos lucros e resultados de R\$1.022 (R\$1.295 em 31.12.2015) por deliberação da Administração da Sociedade, contabilizada como "Despesas administrativas e comerciais".

24. Receita operacional líquida (controladora e consolidado)
A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Receita dos serviços prestados	504.043	634.995
Receita de consórcios	74.719	199.625
Total da receita bruta operacional	578.762	834.620
Vendas canceladas	(6.468)	(10.271)
Impostos incidentes - Companhia	(21.604)	(41.582)
Impostos incidentes - Consórcios	(5.512)	(13.102)
Total das deduções sobre a receita bruta	(33.584)	(64.955)
Receita operacional líquida	545.178	769.665

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Materiais aplicados na obra	(14.794)	(129.655)	(15.158)	(129.655)
Mão de obra direta	(170.924)	(288.026)	(170.924)	(288.026)
Serviços de terceiros	(43.752)	(31.532)	(44.326)	(31.532)
Outros Custos	(15.601)	(28.148)	(15.719)	(28.148)
	(245.071)	(477.361)	(246.127)	(477.361)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Gastos Gerais	(410)	(690)	(410)	(690)
Despesas com pessoal e encargos trabalhistas	(15.274)	(15.852)	(15.274)	(15.852)
Serviços de terceiros	(11.585)	(13.644)	(11.608)	(13.644)
Despesas tributárias	(249)	(172)	(249)	(172)
Provisão para contingências	(910)	(4.205)	(910)	(4.205)
Outras despesas administrativas	(1.880)	(6.361)	(1.930)	(6.459)
	(30.308)	(40.924)	(30.381)	(41.022)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ganho com venda de imobilizado	507	563	534	563
Perda com baixa/venda de imobilizado	(2.251)	(4.815)	(8.464)	(4.815)
Atualização de direitos creditórios	25.067	42.232	25.067	42.232
Indenizações Recebidas	775	20.356	775	20.356
Outras receitas(despesas) operacionais	7.157	6.354	7.160	6.356
	31.255	64.690	25.072	64.692

28. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	172	1.469	902	1.469
Descontos obtidos	153	342	153	342
Juros recebidos	2.330	7.506	2.330	7.506
Outros	1.099	724	1.099	724
	3.754	10.041	4.484	10.041
Despesas financeiras				
Juros sobre fornecedores em atraso	(875)	(3.613)	(938)	(3.613)
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(26.361)	(23.142)	(26.361)	(23.142)
Juros sobre impostos parcelados	(3.242)	(9.165)	(3.162)	(9.165)
Juros sobre impostos em atraso	(14.060)	(5.101)	(14.101)	(5.101)
Juros sobre debêntures	(5.529)	(7.603)	(5.529)	(7.603)
Tarifas bancárias	(187)	(137)	(435)	(140)
Descontos concedidos	(65)	203	(65)	203
Outros	(1.411)	(1.609)	(1.777)	(1.609)
	(51.730)	(50.167)	(52.368)	(50.170)
Resultado financeiro líquido	(47.976)	(40.126)	(47.884)	(40.129)

29. Resultado de operações com consórcios (controladora e consolidado)
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os resultados dos consórcios estão assim representados:

	CONSORCIOS	Receitas	(-) Deduções		Despesas	Depreciação	Outras Receitas	Resultado Financeiro	31.12.2016	31.12.2015
			da Receita	Custos						
Consórcio CNSS	25.008		(2.001)	(19.166)	(555)	(214)	-	(272)	2.801	10.397
Consórcio Triunfo/Compasa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.074
Consórcio Linha 17 Ouro	372		(25)	(561)	(415)	-	-	-	(629)	-
Consórcio SC 486 - Brusque	25.266		(1.366)	(39.142)	(4)	-	-	(7)	(15.253)	(12.365)
Consórcio TRS	7		-	(1.070)	(266)	36	-	(354)	(838)	26.003
Consórcio Vitacopos	-		(42)	(16.833)	(3.713)	(916)	809	(3.462)	(24.966)	(31.633)
Consórcio CMT	24.066		(2.077)	(17.178)	(1.901)	(233)	-	(32)	2.645	(340)
Outros Consórcios	-		(1)	(94)	7	-	-	10	(79)	(58)
Participação Triunfo	74.719		(5.512)	(94.044)	(6.847)	(1.327)	809	(4.117)	(36.319)	(6.922)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros
A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e bancos, investimentos, contas a receber e contas a pagar a terceiros. O valor desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, geralmente se aproxima do valor de mercado devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação.

30.1 Análise dos instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i. Riscos de crédito
Exposição aos riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015 (reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	317	317	1.593	1.593	1.144	1.144	2.165	2.165
Aplicações financeiras	5.543	5.543	9.412	9.412	26.813	26.813	9.603	9.603
Contas a receber	665.139	665.139	703.045	703.045	744.113	744.113	799.774	799.774
Partes relacionadas - Ativo	229.582	229.582	142.337	142.337	248.380	248.380	176.371	176.371
	900.581	900.581	856.387	856.387	1.020.450	1.020.450	987.913	987.913

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos
A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

ii. Risco de liquidez
A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015 (reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Fornecedores	(46.496)	(46.496)	(38.790)	(38.790)	(132.578)	(132.578)	(105.763)	(105.763)
Empréstimos e financiamentos	(210.144)	(210.144)	(228.658)	(228.658)	(210.144)	(210.144)	(228.658)	(228.658)
Programa de recup.fiscal - REFIS	(34.702)	(34.702)	(35.362)	(35.362)	(34.994)	(34.994)	(37.237)	(37.237)
Partes relacionadas - Passivo	(3)	(3)	(3.885)	(3.885)	(443)	(443)	(519)	(519)
	(291.345)	(291.345)	(306.695)	(306.695)	(378.159)	(378.159)	(372.177)	(372.177)

Valor justo
É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015 (reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	317	317	1.593	1.593	1.144	1.144	2.165	2.165
Aplicações financeiras	5.543	5.543	9.412	9.412	26.813	26.813	9.603	9.603
Contas a receber de clientes	665.139	665.139	703.045	703.045	744.113	744.113	799.774	799.774
Partes relacionadas - Ativo	229.582	229.582	142.337	142.337	248.380	248.380	176.371	176.371
Fornecedores	(46.496)	(46.496)	(38.790)	(38.790)	(132.578)	(132.578)	(105.763)	(105.763)
Empréstimos e financiamentos	(210.144)	(210.144)	(228.658)	(228.658)	(210.144)	(210.144)	(228.658)	(228.658)
REFIS	(34.702)	(34.702)	(35.362)	(35.362)	(34.994)	(34.994)	(37.237)	(37.237)
Partes relacionadas - Passivo	(3)	(3)	(3.885)	(3.885)	(443)	(443)	(519)	(519)
	609.236	609.236	549.692	549.692	624.291	624.291	615.736	615.736

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixas - São classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação.

Contas a receber e outras contas a receber - São saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais ou estimados acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados como empréstimos e recebíveis, estando o valor contábil próximo do valor de mercado.

Passivos financeiros
Contas a pagar - São saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado de exercício. São designados como custo amortizável, estando o valor contábil próximo do valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos - Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.
A Companhia não mantém

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Aos Administradores e Acionistas
Construtora Triunfo S.A.****Curitiba - PR****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Triunfo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, Construtora Triunfo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Reconhecimento das Receitas e Despesas associadas aos Contratos de Construção

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.2) e 6) ambas Contratos de Construção. A Companhia utiliza o método do percentual da margem de lucro global orçada, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas dos contratos de construção de longo prazo. Devido à relevância dos custos/valores envolvidos, o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas, na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos adotados pela Companhia para o acompanhamento dos registros contábeis. Além disso, inspecionamos os orçamentos de custos e confrontamos os valores dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, por base em amostragem e efetuamos a análise substantiva da razoabilidade do percentual de evolução da obra.

• Empréstimos e Financiamentos

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.7) Custo de Empréstimos e 13) Empréstimos e Financiamentos. A Companhia possui recursos captados de linhas de créditos junto às instituições financeiras e demais entidades, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 210.144 mil.

A Companhia mantém controles operacionais e contábeis para o acompanhamento dos saldos, movimentações e apropriações dos juros e encargos, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para o correto registro dos saldos contábeis.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos adotados pela Companhia, o envio de cartas de confirmação externa para todas as entidades e instituições financeiras que a Companhia mantém relacionamento, durante o exercício e testes de recálculos e apropriação dos encargos no resultado. Adicionalmente, efetuamos também procedimentos analíticos sobre os saldos contábeis relacionados.

• Teste de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota 3.13 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e 11) Imobilizado. A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2016, totalizava o montante de R\$ 470.057 mil, conforme descrito na nota explicativa 12.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de

avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os anos futuros.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa.

Provisões e passivos contingentes – cíveis, trabalhistas e fiscais

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.11) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e 19) Provisões para contingências.

A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos e podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, incluindo suas divulgações. Devido à complexidade e o julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos controles internos relacionados as Provisões e Passivos Contingentes e avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados, na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda as informações e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e as informações históricas.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Valores a receber junto aos órgãos públicos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, a Companhia possui créditos/valores a receber no ativo circulante e não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos e créditos de natureza tributária, no montante de R\$ 483.243 mil. Durante exercício corrente, a Companhia reconheceu no resultado, a atualização monetária desses processos. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

de uma base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 29 de março de 2017.



SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP 024845/O-2
Alexandre Ralf Slavic
Sócio-diretor
CRC 1SP207032/O-5

32932/2017



Sistema de Publicações Oficiais.
Mais segurança ao cidadão paranaense.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

